Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.

Informações intermediárias em

31 de março de 2022

Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.

Informações intermediárias

Índice

Relatório de revisão do auditor independente 1

Balanço patrimonial 3
Demonstração do resultado 4
Demonstração do resultado abrangente 5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 6
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto 7
Demonstração do valor adicionado 8
Notas explicativas às informações intermediárias 9

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax:+55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório de revisão do auditor independente

A
Diretoria da
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.("Companhia"), em 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, e demais notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 16 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Ana Sampaio Forte Leal
Contadora CRC-CE019456/O-7

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão Rio das Éguas – Barreiras II, em 500 kV(*), com extensão aproximada de 251(*) quilômetros. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de maio de 2020, através do Termo de Liberação Definitivo (TLD) emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Para o ciclo 2021-2022, que teve seu início no mês de julho de 2021, a Receita Anual de Permitida (RAP) é de R$ 95.217, atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O faturamento do período corresponde a R$ 26.055 (incluído Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)).

Segue abaixo o quadro com o detalhamento das instalações em operação:

Instalações	% do Contrato de Concessão	Entrada em Operação Comercial	Prazo regulatório	Antecipação (meses)
Reator de Barra 500kV 150 MVAr Barreiras II	5,28%	05/02/2020	09/02/2022	25
LT 500kV Rio das Éguas-Barreiras II C2	94,72%	01/05/2020	09/02/2022	22
Total	**100%**			

(*) Não auditado.

1.1 Impactos da Covid 19

A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos decorrentes da Covid-19 nas informações intermediárias para o período findo em 31 de março de 2022.

Desde março de 2020, a Companhia vem mantendo as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações intermediárias.

1.2 Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o trimestre findo em 31 de março de 2022 cotados acima de US$ 100, o barril. O mesmo ocorreu com o gás natural, produto do qual a Rússia é a maior produtora global, cujo BTU, tipo de medida de energia, chegou a US$ 30. Adicionalmente, outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no período findo em 31 de março de 2022 a queda foi de aproximadamente 15%.

A inflação mundial, com os efeitos da guerra sobre a cadeia de suprimentos também apresentou pressão de alta. A invasão, ocasionou o aumento de taxa de juros, crescimento nos custos dos insumos utilizados pela Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas informações intermediárias para o período findo em 31 de março de 2022.

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2022 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas informações intermediárias foi autorizada pela Administração em 16 de maio de 2022.

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração dessas informações intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram divulgadas em 24 de março de 2022 e devem ser lidas em conjunto com essas informações intermediárias.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	**13**	13
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	**131**	128
Total	**144**	141

(a) Referem-se a fundos de investimentos, CDB e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2022 equivale a 97,12% a.a. do CDI (97,12% % a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5 Aplicações financeiras

	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Fundo de investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	**18.832**	15.717
Total do circulante	**18.832**	15.717
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (b)		
Aplicações restritas	**9.341**	9.131
Total do não circulante	**9.341**	9.131
Total	**28.173**	24.848

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e

(b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2022 equivale a 101,95% a.a. do CDI (93,77% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		31/03/2022		31/12/2021	31/03/2021
Empresas	**Nota**	**Ativo (Passivo)**	**Efeito no resultado (Despesas)**	**Ativo (Passivo)**	**Efeito no resultado (Despesas)**
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**94**	**212**	93	221
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**174**	**389**	173	445
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**59**	**177**	60	213
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**61**	**137**	56	139
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	**142**	**320**	148	-
Companhia de Eletricidade do Amapá	(a)	**21**	**32**	-	-
Total		**551**	**1.267**	530	1.018
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços		**(51)**	**(53)**	-	-
		(51)	**(53)**	-	-
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(73)**	**(73)**	(94)	(75)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(30)**	**(30)**	(34)	(7)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(7)**	**(7)**	(11)	(8)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(11)**	**(11)**	(2)	(12)
Integração Transmissora de Energia S.A. - Intesa		**-**	**-**	(1)	-
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	**(559)**	**-**	(672)	-
Total		**(680)**	**(121)**	(814)	(102)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.		**(6)**	**-**	(6)	-
Total		**(6)**	**-**	(6)	-

(a) Valores se referem a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); e

(b) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica n° 15/2018–SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento.

6.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

No período findo em 31 de março de 2022, o pessoal-chave da Administração conta com 05 membros na Diretoria Executiva.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

6.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A. (1) e Equatorial Transmissão S.A. (2), partes relacionadas da Companhia, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/03/2022
Banco do Nordeste (BNB) (2)	343.055	100	19/06/2018	15/07/2038	**343.055**	**363.576**
1ª Emissão de Debentures (1)(2)	55.000	100	04/02/2019	15/01/2033	**55.000**	**67.888**
Apólice de seguros (1)	3.028	100	28/12/2020	28/12/2023	**N/A**	**N/A**
Fiança Alfa (2)	5.000	100	04/01/2021	04/01/2023	**N/A**	**N/A**
Fiança Bradesco (2)	50.002	100	19/12/2021	19/12/2023	**N/A**	**N/A**
Fiança BTG (2)	168.161	100	21/06/2021	21/06/2023	**N/A**	**N/A**
Fiança Safra (2)	126.791	100	13/11/2020	15/05/2023	**N/A**	**N/A**
	751.037				**398.055**	**431.464**

* Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação.

7 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	777.770
Circulante	100.476
Não circulante	677.294
Remuneração de ativos de contrato (a)	**25.776**
Implementação da infraestrutura (b)	**5.326**
Manutenção e operação	**1.814**
Ativos de contrato – Ganho na realização (c)	**9.107**
Reconhecimento da RAP	**(24.865)**
Saldo em 31 de março de 2022	**794.928**
Circulante	**99.403**
Não circulante	**695.525**

(a) A atualização dos ativos de contrato é feita com base no IPCA;

(b) Fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação, reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis); Resultado oriundo da variação positiva entre o custo realizado versus o custo orçado, gerando uma receita de implementação, com impacto negativo na margem do ativo de contrato; e

(c) Variações entre a margem orçada versus a margem realizada provenientes de diversos fatores, tais como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação no custo dos insumos; (iii) antecipação no prazo de conclusão do projeto; e (iv) outros.

8 Empréstimos e financiamentos

8.1 Composição dos saldos

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	31/03/2022 Principal e encargos Circulante	Não Circulante	Total
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança +Fiança Bancária + Conta Reserva	**17.488**	**346.087**	**363.575**
(-) Custo de captação			**(118)**	**(1.816)**	**(1.934)**
Total			**17.370**	**344.271**	**361.641**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	31/12/2021 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	IPCA + 2,08%	Aval + Fiança + Aplicações + Conta Reserva	21.271	346.381	367.652
(-) Custo de captação			(118)	(1.847)	(1.965)
Total			21.153	344.534	365.687

8.2 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.153	344.534	365.687
Encargos	**(2.698)**	**12.630**	**9.932**
Transferências	**12.893**	**(12.893)**	**-**
Pagamento de juros	**(14.008)**	**-**	**(14.008)**
Custo de captação (a)	**30**	**-**	**30**
Saldos em 31 de março de 2022	**17.370**	**344.271**	**361.641**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.283	335.971	344.254
Ingressos	-	5.000	5.000
Encargos	35.382	12.588	47.970
Pagamentos de juros	9.025	(9.025)	-
Custo de captação	(31.656)	-	(31.656)
	119	-	119
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.153	344.534	365.687

(a) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização.

8.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

	31/03/2022	
Vencimento	**Valor**	**%**
Circulante	**17.370**	**5%**
2023	**11.102**	**3%**
2024	**15.526**	**4%**
2025	**16.382**	**5%**
2026	**17.288**	**5%**
Após 2026	**285.789**	**79%**
Subtotal	**346.087**	**96%**
Custo de captação (Não circulante)	**(1.816)**	**-1%**
Não circulante	**344.271**	**95%**
Total	**361.641**	**100%**

9 Debêntures

9.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.226	63.349	64.575
Encargos	**790**	**-**	**790**
Transferências	**(58)**	**58**	**-**
Pagamento de juros	**(1.604)**	**-**	**(1.604)**
Variação monetária	**-**	**1.530**	**1.530**
Custo de captação (a)	**59**	**-**	**59**
Saldos em 31 de março de 2022	**413**	**64.937**	**65.350**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.365	56.724	62.089
Encargos	3.098	-	3.098
Transferências	(235)	235	-
Pagamento de juros	(7.237)	-	(7.237)
Variação monetária	-	6.390	6.390
Custo de captação (a)	235	-	235
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.226	63.349	64.575

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

9.2 Características das debêntures

							31/03/2022		
Emissão	**Característica**	**Série**	**Valor da Emissão**	**Custo Nominal**	**Data da Emissão**	**Vencimento**	**Passivo Circulante**	**Passivo não circulante**	**Total**
1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	Jan/33	**413**	**64.937**	**65.350**

(1) Emissão pública de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie Quirografária
(5) Debêntures Incentivadas

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

9.3 Cronograma de vencimento

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

	31/03/2022	
	Valor	**%**
Circulante	**413**	**1%**
2023	**2.405**	**4%**
2024	**5.782**	**9%**
2025	**6.705**	**10%**
2026	**5.381**	**8%**
Após 2026	**46.968**	**72%**
Subtotal	**67.241**	**103%**
Custo de captação (Não circulante)	**(2.304)**	**-4%**
Não circulante	**64.937**	**99%**
Total	**65.350**	**100%**

9.4 *Covenants*

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros vigentes nos contratos de debêntures da Companhia:

***Covenants* debentures**	**1ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	4,5

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No período findo em 31 de março de 2022, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

10.1 Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021, está demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2022		31/03/2021	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**22.636**	**22.636**	4.513	4.513
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	**5.659**	**2.037**	1.128	406
Adições:				
Custo de construção - CPC 47	**(2.037)**	**(733)**	637	229
Remuneração e RAP – Ativos de contrato (a)	**5.023**	**1.808**	4.980	1.793
Total de adições [B]	**2.986**	**1.075**	5.617	2.022
Exclusões:				
Receita de construção -CPC 47	**(6.846)**	**(2.464)**	(6.624)	(2.385)
Outras exclusões	**-**	**-**	(194)	(69)
Outras exclusões permanentes	**(6)**	**-**	-	-
Total de exclusões [C]	**(6.852)**	**(2.464)**	(6.818)	(2.454)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	**-**	**(195)**	73	26
(-) IRPJ subvenção governamental (i) [E]	**1.793**	**-**	-	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do período (A+B+C+D+E)	**-**	**(453)**	-	-
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do período (ii)	**(3.860)**	**(1.584)**	(1.128)	(406)
Total de IRPJ e CSLL diferidos do período	**(3.860)**	**(2.037)**	(1.128)	(406)
	17%	**9%**	25%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017, onde discorre a respeito do diferimento da tributação do lucro sobre os ativos financeiros.

i. O valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, no período findo em 31 de março de 2022, equivale a R$ 1.793 (R$0 em 31 de março de 2021);

ii. O valor dos impostos correntes, no período findo em 31 de março de 2022, equivale a R$ 453 (R$ 0 em 31 de março de 2021), sendo composto pelos montantes de R$ 453 (R$ 0 em 31 de março de 2021), de IRPJ e CSLL, respectivamente.

iii. O valor dos impostos diferidos, no período findo em 31 de março de 2022, equivale a R$ 5.444 (R$ 1.534 em 31 de março de 2021), sendo composto pelos montantes de R$ 3.860 e R$ 1.584 (R$ 1.128 e 406 em 31 de março de 2021), de IRPJ e CSLL, respectivamente.

10.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	31/12/2021	Reconhecimento no resultado	31/03/2022
Total das adições do período	200.075	**4.061**	**204.136**
Total das exclusões do período	(289.771)	**(9.310)**	**(299.081)**
Prejuízo fiscal	1.065	**-**	**1.065**
Base negativa de CSLL	168	**(195)**	**(27)**
Total	(88.463)	**(5.444)**	**(93.907)**

10.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.293
IRPJ e CSLL correntes do período	561
Pagamentos referentes a IRPJ e CSLL do período	(5.288)
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	515
IRPJ e CSLL correntes do período	**453**
Tributos retidos/antecipações IR/CS	**(27)**
Saldo em 31 de março de 2022	**941**

10.4 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita no período de 2022.

11 PIS e COFINS diferidos

	31/03/2021	31/12/2021
Base de cálculo da receita		
Receita de construção e melhoria de infraestrutura	**5.326**	16.529
Receita de ativos de contrato no período	**25.776**	94.448
Ganho na realização dos ativos de contrato	**9.107**	21.068
	40.209	132.045
PIS / COFINS sobre a receita de construção/ativos de contrato no período (9,25%) (i) / (a)	**3.719**	12.214
Amortização de PIS/COFINS (ii)	**(843)**	(3.014)
Saldo no início do período (iii)	**81.784**	72.584
Saldo no final do período (i + ii +iii)	**84.660**	81.784

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na fase de construção conforme recebimento da receita (RAP) mensal.

12 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

Existem contingências cíveis, cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 422 (R$ 422 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia subscrito é de R$ 101.662, e totalmente integralizado é de R$ 92.459.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 101.662.674 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 101.662, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação da Administração.

14 Receita operacional líquida

	31/03/2022	31/03/2021
Receita de implementação de infraestrutura e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	**5.326**	3.395
Receita de operação e manutenção (a)	**1.814**	811
Ativo de contrato - Perda de realização (b)	**-**	2.267
Outras receitas	**1.223**	781
	8.363	7.254
Deduções		
PIS/COFINS corrente	**(1.656)**	(1.670)
PIS/COFINS diferidos	**(493)**	(524)
Encargos do consumidor	**(325)**	(331)
	(2.474)	(2.525)
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	**5.889**	4.729
Receita de remuneração de ativo de contrato (c)		
Remuneração de ativos de contrato	**25.776**	23.534
PIS/COFINS diferidos	**(2.384)**	(2.177)
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquidas	**23.392**	21.357
Receita operacional líquida	**29.281**	26.086

(a) Esta receita é decorrente dos custos incorridos e necessários para o cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção (acrescidos da margem projetada);

(b) Refere-se às variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, entre a base orçada versus a base real; e

(c) Remuneração financeira Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, que é feita com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), que teve variação superior ao ano anterior devido ao aumento dos ativos de contrato.

14.1 Margens das obrigações de performance

Implementação e melhoria de infra estrutura	**31/03/2022**	**31/03/2021**
Receita liquida de PIS e COFINS diferidos	**4.833**	3.081
Ganho/perda de margem pela realização (liquida de PIS e COFINS diferidos)	**8.265**	2.057
	13.098	5.138
Custo	**(977)**	(2.781)
Margem (R$)	**12.121**	2.357
Margem percebida (%) (*)	**92,54%**	45,87%
Margem orçada no início do contrato (%)	**24,95%**	24,95%
Operação e manutenção		
Receita	**1.814**	811
Custo	**(1.333)**	(840)
Margem (R$)	**481**	(29)
Margem percebida (%)	**26,52%**	-3,58%
Margem orçada no início do contrato (%)	**24,95%**	24,95%

(*) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção.

15 Custos dos serviços prestados e despesas operacionais

	31/03/2022				
	Custo de construção (a)	**Custo de O&M**	**Outros custos**	**Total dos custos**	**Despesas administrativas**
Pessoal	**-**	**(676)**	**-**	**(676)**	**-**
Material	**(922)**	**(30)**	**-**	**(952)**	**(2)**
Serviços de terceiros	**(34)**	**(328)**	**(13)**	**(375)**	**(25)**
Encargos financeiros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Arrendamento e aluguéis	**-**	**(283)**	**-**	**(283)**	**(1)**
Amortização do ativo intangível	**-**	**-**	**(6)**	**(6)**	**-**
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (b)	**-**	**-**	**8.265**	**8.265**	**-**
Outros	**(2)**	**(16)**	**-**	**(18)**	**(3)**
Total	**(958)**	**(1.333)**	**8.246**	**5.955**	**(31)**

	31/03/2021				
	Custo de construção	**Custo de O&M**	**Outros custos**	**Total dos custos**	**Despesas administrativas**
Pessoal	-	(393)	-	(393)	(319)
Material	(2.548)	(26)	-	(2.574)	-
Serviços de terceiros	-	(126)	(218)	(344)	(60)
Arrendamento e aluguéis	-	(64)	-	(64)	(20)
Amortização do ativo intangível	-	-	(4)	(4)	-
Outros	-	-	(11)	(11)	(14)
Total	(2.548)	(609)	(233)	(3.390)	(413)

(a) O custo de construção são todos os custos da Companhia para a implementação da infraestrutura. Estes sofreram redução por conta do início das operações em março de 2020, uma vez que a Companhia chegou a 100% das obras concluídas; e

(b) Custos de construções não previstos nos contratos originais que serão fruto de negociação de RAPs adicionais junto ao poder concedente.

16 Resultado financeiro

	31/03/2022	31/03/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	**468**	132
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(22)**	(5)
Total de receitas financeiras	**446**	127
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	**(10.493)**	(15.684)
Variação monetária da dívida	**(1.530)**	(1.471)
Outras despesas financeiras	**(992)**	(742)
Total de despesas financeiras	**(13.015)**	(17.897)
Resultado financeiro	**(12.569)**	(17.770)

17 Instrumentos financeiros

17.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debênture e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo dívida líquida sobre EBITDA.

17.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

17.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorrerem as mudanças.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 estão identificados conforme a seguir:

		31/03/2022		31/12/2021	
Ativo	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	**144**	**144**	141	141
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	**28.173**	**28.173**	24.848	24.848
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	**9.675**	**9.675**	9.479	9.479
Total do ativo		**37.992**	**37.992**	34.468	34.468

		31/03/2022		31/12/2021	
Passivo	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Fornecedor	Custo amortizado	**6.028**	**6.028**	7.771	7.771
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	**361.641**	**363.576**	365.687	367.652
Debêntures	Custo amortizado	**65.350**	**62.700**	64.575	61.410
Total do passivo		**433.019**	**432.304**	438.033	436.833

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

- **Aplicações financeiras -** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

- **Contas a receber –** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;
- **Fornecedores -** decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;

- **Empréstimos, financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

- **Debêntures** - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA e B3.

17.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora final Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2022, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no período findo em 31 de março de 2022 no montante de R$144 (R$ 141 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors.*

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas n° 08 e 09 - Empréstimos e financiamentos e Debêntures, respectivamente.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil (*)	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	**361.641**	**530.313**	**10.495**	**38.689**	**40.235**	**108.135**	**332.759**
Títulos de dívida emitidos com garantia (debêntures)	**65.350**	**106.263**	**3.253**	**10.517**	**31.601**	**60.892**	**-**
Fornecedores	**6.028**	**6.028**	**788**	**5.240**	**-**	**-**	**-**
Total	**433.019**	**642.604**	**14.536**	**54.446**	**71.836**	**169.027**	**332.759**

***Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.**

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas n° 08 e 09 - Empréstimos e financiamentos e Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de março de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Impacto no resultado				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	**28.304**	**31.901**	**32.800**	**33.700**	**31.002**	**30.102**
Impacto no resultado				**899**	**1.799**	**(899)**	**(1.799)**
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	**(431.464)**	**(463.651)**	**(471.698)**	**(479.745)**	**(455.604)**	**(447.558)**
Total de passivos financeiros			**(463.651)**	**(471.698)**	**(479.745)**	**(455.604)**	**(447.558)**
Impacto no resultado				**(8.047)**	**(16.094)**	**8.047**	**16.094**
Efeito líquido no resultado				**(7.148)**	**(14.295)**	**7.148**	**14.295**

Referência para ativos e passivos financeiros	**Taxa projetada**	**Taxa projetada 31/03/2022**	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
CDI (% 12 meses)	12,71%	6,45%	15,89%	19,07%	9,53%	6,36%
IPCA (%12 meses)	7,46%	11,30%	9,33%	11,19%	5,60%	3,73%

***Fonte**: B3 e Santander*

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 09 - Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela a ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

18 Demonstração dos fluxos de caixa

18.1 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2021	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	31/03/2022
Empréstimos e financiamentos	365.687	(14.008)	9.962	**361.641**
Debentures	64.575	(1.604)	2.379	**65.350**
	430.262	**(15.612)**	**12.341**	**426.991**

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de “Outros” incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, no fim do período.

***

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Tinn Freire Amado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA